

Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar

Lucília Runa

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
Alameda da Universidade
1649-010 Lisboa
Tel: 217811500
E-mail: lruna@iantt.pt

RESUMO

A elaboração de *Orientações para a descrição arquivística (ODA)*, como são conhecidas na gíria dos profissionais da área), constituiu uma das prioridades do IAN/TT, com o objectivo fundamental de dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho conforme às normas de descrição internacionais.

Tal preocupação surge no contexto da resposta das comunidades arquivísticas dos diferentes países à crescente necessidade de normalizar a descrição, para melhor promover a partilha e a recuperação da informação, a nível nacional e internacional, facilitada pelo crescente recurso às Tecnologias da Informação.

Promovendo a elaboração de descrições consistentes, apropriadas e auto explicativas; permitindo a integração de descrições elaboradas por diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação; facultando o acesso à documentação através do respectivo contexto de produção, ou seja, através da descrição dos produtores; facilitando o acesso à informação pertinente, através da utilização de pontos de acesso normalizados, as *ODA* constituem uma das pedras de base para a construção de uma Rede Nacional de Arquivos.

O esforço desenvolvido pelo IAN/TT para a sua divulgação, análise crítica, implementação e posterior recolha de informação para futuras revisões, visa tornar realidade a palavra de ordem assumida pelas *ODA*: “Orientações de todos para todos...”. Visa, igualmente, incentivar a discussão e o debate entre os arquivistas. Mas pretende, também, através da elaboração de um diagnóstico sistemático dos principais problemas relacionados com a descrição e com as áreas afins, definir áreas de intervenção prioritárias.

Neste sentido, as *ODA* assumem-se claramente como um ponto de partida, e para além do balanço do trabalho de elaboração, divulgação e implementação, urge considerar as perspectivas e as expectativas de trabalho futuras. É, pois, neste conjunto de questões, que se centrará a presente comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: descrição arquivística, descrição de documentação, descrição de autoridades, pontos de acesso, Rede Nacional de Arquivos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A génese das *Orientações para a descrição arquivística* [1] é sobejamente conhecida dos profissionais da área: da responsabilidade do IAN/TT, foram desenvolvidas em simultâneo pelo Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA) e pelo Programa para a Normalização da Descrição em Arquivo (PNDA), que assegurou a sua coordenação executiva. Contaram ainda com os contributos de todos os arquivistas que, durante o período de consulta pública da versão provisória, os reencaminharam para o PNDA. Têm como primeiro alvo de aplicação a Torre do Tombo (TT) e os Arquivos Distritais, mas também todas as entidades detentoras ou serviços de arquivo que pretendam apostar na sua implementação.

Desenvolvidas para a descrição de documentação de conservação definitiva, põe-se, desde logo, a questão da sua articulação com o trabalho desenvolvido no âmbito dos arquivos correntes [2] e intermédios [3], áreas nas quais têm vindo a ser produzidos instrumentos de trabalho que não podem nem devem ser ignorados. De igual forma se levanta a questão de corresponderem a orientações gerais, não contemplando documentação com características específicas: electrónica [4], audiovisual [5], para citar apenas alguns exemplos. São aspectos a não perder de vista, caso se pretenda implementar, na prática, uma abordagem integrada da documentação de arquivo, independentemente da fase de vida em que se encontre, do seu formato ou suporte.

Urge ainda salientar que a saída de uma 1.^a versão definitiva, embora com a vantagem de proporcionar um instrumento de trabalho de base, conforme às normas internacionais, deixa em aberto, exactamente porque se tratam de orientações e não de normas, toda uma série de

questões, cuja resolução é deixada ao critério de cada serviço de arquivo. Com frequência são mencionadas diferentes alternativas para a resolução das mesmas questões, no que se prende, por exemplo, com a apresentação da informação em elementos de preenchimento obrigatório, como o *Código de referência*, o *Título*, as *Datas*, a *Dimensão e suporte*. O objectivo é o de respeitar diferentes tradições e práticas arquivísticas enraizadas, reunir os possíveis consensos e tentar tornar mais fácil e efectiva a implementação das *ODA*. Cabe depois a cada serviço de arquivo, enquanto responsável pelas descrições que disponibiliza, a escolha da opção mais adequada a cada caso, a respectiva justificação e a garantia da consistência e coerência da política de descrição adoptada.

O trabalho no projecto foi marcado pelas dificuldades esperadas à partida, ou seja, a reunião de consensos em relação ao que devem ser umas orientações para a descrição, qual deve ser a sua fundamentação e área de acção. Mas também em relação à diversidade de práticas arquivísticas, sedimentadas ao longo de anos, e em relação às quais nem sempre houve a possibilidade, a vontade, ou a simples iniciativa, de analisar, questionar e debater, bem como à prolongada ausência de definição de políticas concretas, nas diferentes áreas, por parte do órgão coordenador da política nacional de arquivos. Neste domínio concreto é significativa a divergência entre a terminologia utilizada nas *ODA* e a *NP 4041*[5]. Trata-se apenas de um exemplo, entre muitos outros possíveis. Por outro lado, as condicionantes das aplicações informáticas constituem, igualmente, um factor na opção por uma maior flexibilidade por parte das *ODA*.

O desenrolar dos trabalhos teve a vantagem de permitir uma maior consciencialização e sistematização das divergências e o levantamento dos principais problemas, que rapidamente extravasaram do domínio da descrição arquivística para os que se encontram a montante e a jusante.

Preparadas para serem usadas em conjugação com outros instrumentos de trabalho, nomeadamente outras normas [6], se o objectivo último visado é o da normalização, no sentido de promover a partilha e a recuperação da informação, o que se verifica é que, se esses instrumentos de trabalho vão aparecendo, e são de indiscutível utilidade e qualidade, nem sempre se encontram em consonância [7], mesmo quando da iniciativa da mesma entidade [8], independentemente da maior ou menor responsabilidade que esta possa assumir na definição de uma política nacional de arquivos.

Por outro lado, o que não será de mais vincar, das três partes que constituem as *ODA*, encontra-se concluída e disponibilizada apenas a I, relativa à documentação. As orientações relativas à descrição das autoridades arquivísticas, bem como à escolha e construção dos pontos de acesso normalizados, não se encontram ainda totalmente fechadas. Para o facto, contribuiu a menor experiência, nessas áreas, tradicionalmente encaradas como domínio da Biblioteconomia, não apenas por parte dos arquivistas mais directamente ligados ao projecto, mas da comunidade arquivística em geral. Assim, embora

existam já todos os textos de base, a sua utilização e exploração sistemática tem sido limitada ao PNDA, que no segundo semestre de 2006 deu início à criação dos primeiros registos de autoridade arquivística (cerca de 200), e procedeu, de forma sistemática, à sua ligação à descrição da documentação de arquivo produzida pelas entidades que a elas se reportam. Os resultados são já visíveis para a Torre do Tombo e para os Arquivos Distritais, utilizadores da mesma base de dados de descrição: o CALM.

De igual forma têm vindo a ser produzidas descrições de produtores de documentação de arquivo pelo Arquivo Distrital do Porto, aliás já disponibilizadas aos utilizadores, arquivistas e não arquivistas, através da base de dados DIGITARQ.

De referir ainda o trabalho desenvolvido no âmbito do PNDA, mais precisamente por Joana Braga de Sousa, com base na *Codificação dos nomes dos municípios e das freguesias* [9], de criação de uma base de dados de autoridades de lugares, neste momento com cerca de 4900 registos, para Portugal continental e Regiões autónomas, suportada igualmente pela base de dados CALM. O processo de ligação dessas autoridades de lugares aos registos de descrição de documentação, no caso concreto as *Memórias Paroquiais* da TT, já foi iniciado, encontrando-se em plena fase de desenvolvimento.

Um trabalho paralelo, iniciado em 2006, a ter continuidade em 2007, está a ser desenvolvido por Lucília Runa para as entidades produtoras de documentação de arquivo, contemplando elementos como os respectivos *Código de referência*, as *Formas autorizadas do nome*, as *Outras formas do nome*, e que é suposto evoluir para uma base de dados de autoridades, igualmente a ligar à da descrição da documentação.

A disponibilização, por parte do Conselho Internacional de Arquivos, da *ISAF*, norma internacional para a descrição de actividades e funções das pessoas colectivas [10], susceptível de ser usada em conjugação com a *ISAD (G)* e a *ISAAR (CPF)*, e cujo objectivo passa também pelo controlo da criação e utilização de pontos de acesso normalizados e pela criação e caracterização de relações entre as funções/actividades, as autoridades arquivísticas e a documentação, abre novas perspectivas e possibilidades de trabalho futuras, correspondendo a um novo e alicianante desafio. Nomeadamente porque, ao permitir um melhor conhecimento e caracterização das funções, facilita a intervenção em áreas como a gestão de documentos, ao mesmo tempo que disponibiliza, junto do utilizador, novas formas de acesso à informação pertinente.

Começa assim a existir um capital de experiência acumulada que poderá permitir a criação de condições favoráveis à tomada de decisões sobre a aplicabilidade dos modelos de descrição propostos, ou seja, os preconizados nas *ODA III*, a de mais difícil e problemática realização.

Um dos principais problemas a colocar neste domínio passa pela pertinência da construção de orientações específicas para os arquivos no que respeita, estritamente,

à escolha e construção de pontos de acesso normalizados, integrando-se a arquivística no conjunto mais amplo das ciências da informação, e havendo já trabalho desenvolvido e testado nessa área pelas Bibliotecas. Mesmo não perdendo de vista as perspectivas que defendem que, por o acesso à informação se efectuar, crescentemente, através do recurso a motores de pesquisa sofisticados e poderosos, se poderá dispensar um tão grande investimento na construção deste tipo de normativo [11], a verdade é que a aposta internacional neste domínio concreto é clara, e mais uma vez confirmada com a disponibilização da versão provisória da *ISAF*, que reitera a aposta na criação e controlo da utilização de pontos de acesso normalizados...

Vasta é, pois, a problemática, que deve ainda ser alargada ao modelo de ficheiro/s de autoridades (FA) a adoptar e implementar, seu controlo, manutenção, alimentação, e articulação com a descrição da documentação e com outro tipo de recursos informativos. A decisão sobre tais questões é tão mais importante quanto o FA pode constituir uma das chaves para a construção de uma Rede Nacional de Arquivos, por permitir a integração de descrições elaboradas por diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação; promovendo o acesso à documentação através do contexto de produção dos documentos, ou seja, através da descrição dos respectivos produtores; facilitando a reunião intelectual de fundos dispersos; permitindo o acesso à informação pertinente, através da utilização dos já referidos pontos de acesso normalizados [12].

Na presente comunicação serão abordadas as questões relacionadas com a experiência de implementação das *ODA I: Documentação*, já que, sendo a única disponibilizada, é a única com existência real para a comunidade arquivística. Por outro lado, decorrido um ano sobre a disponibilização da 1.ª versão definitiva, face ao trabalho de divulgação e implementação, impõe-se um balanço e uma análise crítica do já feito e a definição de perspectivas futuras.

ODA I: DOCUMENTAÇÃO

DIVULGAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Disponibilizadas, na sua 1.ª versão definitiva, através do *web site* do IAN/TT e da respectiva *intranet*, no início do ano de 2006, apostou-se também na sua divulgação através do *website* do Conselho Internacional de Arquivos [13], entidade com quem se considera importante manter o contacto e a articulação.

A sua implementação tem correspondido, necessariamente, a um processo faseado, embora algumas dessas etapas estejam a decorrer de forma simultânea. A escassez de recursos humanos e financeiros tem funcionado como uma forte condicionante do processo, tal como a aparente ausência de uma planificação tendo em conta o curto, o médio e o longo prazo.

A forma como foram apresentadas, acompanhadas do *Despacho 13/GD/2006*, emanado pela Direcção do IAN/TT, que determina a sua adopção “por parte dos arquivistas do IAN/TT afectos a tarefas de Descrição

arquivística”, condicionou a sua implementação, que aliás se encontra ainda em curso e em fase de teste. Definidos os seus primeiros destinatários e tendo considerado o moderado número de comentários recebidos à versão provisória como um possível indicador de menor contacto e conhecimento, foi planeada uma primeira etapa de formação, da qual foi encarregue o PNDA.

Formação

No decurso de 2006, foram realizadas cinco acções de formação, com a duração individual de 18 horas. A aposta numa implementação rápida ditou o respectivo calendário de realização, algo prematuro em relação à disponibilização da versão definitiva. Condição também a constituição dos grupos de participantes, no que se reporta a homogeneidade, tendo em conta os respectivos conteúdos funcionais, mas ainda o número, por vezes demasiado elevado. Três acções destinaram-se à Torre do Tombo e duas aos Arquivos Distritais. De referir que a realizada para os Arquivos Distritais da Zona Norte teve lugar no Porto. O objectivo foi o da descentralização da formação e o facto foi bem recebido pelos intervenientes. Realizou-se ainda uma sexta acção, destinada à rede de arquivos do Distrito da Guarda, nomeadamente o Distrital e os Municipais, com a duração de sete horas, para um público alvo mais heterogéneo, parcialmente sem formação específica na área da arquivística. Daí a aposta numa menor duração.

Visando entidades externas ao IAN/TT, foi realizada apenas uma acção destinada ao Arquivo Regional da Madeira, com a duração de vinte e quatro horas, uma vez que, tendo em conta os custos da insularidade, se apostou no alargamento dos conteúdos, estendendo-os à *ISAAR (CPF) 2*. De referir que o Arquivo Regional da Madeira usa, como aplicação informática para a descrição, a base de dados CALM, o que faz com que muitos dos problemas diagnosticados pela TT e Distritais e que decorrem da utilização dessa aplicação informática específica sejam comuns.

Os objectivos, as características e as metodologias de abordagem foram sensivelmente as mesmas em todas as acções. Pretendeu-se que os intervenientes identificassem, com base na sua experiência profissional, os principais problemas decorrentes do trabalho da descrição em arquivo e, uma vez elaborado esse elenco, procedessem à separação dos que se prendem directamente com o trabalho de descrição. Este ponto pareceu revestir-se de uma particular relevância, uma vez que há toda uma série de questões que, embora condicionem o resultado final da descrição, não se prendem directamente com ela, pelo que não são alvo de abordagem directa nas *ODA*. A expectativa, por parte do PNDA, ao optar por esta abordagem, residiu na identificação dessas questões, sua hierarquização, em termos de incidência na qualidade do trabalho desenvolvido, e na aposta de elaboração de instrumentos de trabalho específicos a desenvolver a curto, médio e longo prazo. Mas também no sublinhar da ideia de que as *ODA* têm uma área de aplicação concreta e bem definida, e que fora dela as propostas de solução aos problemas têm de ser procuradas nouro tipo de recursos.

Finalmente, e tendo sempre subjacente o elenco das questões e problemas identificados pelos arquivistas, procedeu-se à exploração exaustiva das *ODA I*, com uma maior incidência nos elementos de informação de preenchimento obrigatório e obrigatório se aplicável, promovendo, de forma sistemática, a sua análise crítica. A componente prática da formação consistiu na análise e discussão conjuntas dos problemas, dúvidas e questões trazidas pelos participantes, e na apresentação, em cada caso, das propostas de resolução previstas pelas *ODA*. Foram debatidas e registadas propostas alternativas, casos considerados omissos ou pouco claros, bem como exemplos, a considerar numa fase de posterior revisão da 1.ª versão.

A abordagem das *ODA* fez-se, assim, à luz de diferentes práticas de trabalho e da experiência concreta desenvolvida por cada um dos profissionais, o que determinou pontos de partida diferentes por parte dos intervenientes na formação. Esta situação constituiu uma dificuldade suplementar, que nem sempre foi possível resolver de forma satisfatória.

Tendo como objectivo facilitar a sistematização e posterior exploração individual das *ODA*, foi previamente difundido, junto dos participantes, o conjunto de acetatos que suportaram a formação, e que recobrem o conjunto das temáticas abordadas. Pretendeu-se que possa, numa primeira fase, funcionar como um elemento facilitador da adaptação a um novo instrumento de trabalho. Foi ainda disponibilizada bibliografia directamente relacionada com as temáticas abordadas.

O espaço de diálogo aberto durante a formação permitiu detectar um amplo leque de questões recorrentes, que as *ODA* deixam ao critério de uma política de descrição a definir por cada serviço de arquivo. As que especificamente se relacionam com a descrição e, sobretudo, com a base de dados em utilização no IAN/TT – o CALM – foram sistematizadas num documento técnico disponibilizado através da *intranet* do IAN/TT no final de Dezembro de 2006. Trata-se das *Orientações para a descrição arquivística: documentação: especificações para o IAN/TT* [14]. É desejável que este documento cresça e se actualize à medida das necessidades, no sentido de obtenção de uma crescente coerência e consistência da descrição, o que implica um forte empenhamento por parte dos responsáveis pela definição da política nacional de arquivos.

Os canais de comunicação informais abertos durante a formação têm funcionado no sentido de permitir canalizar para o PNDA problemas e dúvidas relacionados, directa ou indirectamente, com as *ODA*, independentemente de, com frequência, terem que ser reencaminhados para outros serviços, no sentido de obterem uma resposta cabal e formal, divulgada junto da globalidade dos arquivistas da TT e Distritais. Trata-se de informação fundamental para o levantamento de necessidades futuras e para a definição das prioridades de trabalho. Visa, em última análise, uma futura revisão das *ODA*, uma vez que foram já detectados vários pontos em que terão que ser melhoradas (algumas orientações resultam menos claras do que seria de desejar; ocasionalmente entram em conflito com os exemplos ilustrativos; estes são escassos

e, sobretudo, pouco diversificados). Permite ainda o levantamento de necessidades de elaboração e disponibilização de novos instrumentos de trabalho, facilmente divulgados através do recurso à *intranet*, sempre que se trate de orientações específicas para a TT e Distritais, ou do *web site*, quando se revistam de uma maior abrangência. Estes novos instrumentos podem assumir diferentes formas e servir diferentes objectivos, relacionados ou não com a descrição em arquivo, e dar origem a outro tipo de eventos como, por exemplo, sessões de trabalho ou de divulgação presenciais, à semelhança dos já familiares “Diálogos entre arquivistas”, promovidos pela Direcção de Serviços de Arquivística e destinadas à Torre do Tombo e aos Arquivos Distritais.

Os principais problemas detectados

As principais questões colocadas ao longo da formação, surgem na sequência da aplicação prática das *ODA*. Implicam a alteração de hábitos de trabalho consolidados, o que só se torna possível através de um trabalho de análise e exploração individuais, por parte dos arquivistas, o que pressupõe tempo, disponibilidade, vontade e motivação. Exige um esforço suplementar, sobretudo tendo em conta que os projectos em curso não puderam ser interrompidos, mantendo-se os prazos definidos para a sua conclusão. Há ainda a considerar que muitos deles foram iniciados e parcialmente desenvolvidos em fases anteriores à divulgação das *ODA* e, conseqüentemente, segundo parâmetros diversos. Torna-se assim obrigatório assegurar a transição, o que implica, frequentemente, análises e decisões casuísticas e, de forma sistemática, dificuldades suplementares.

Como principais questões gerais, que condicionam a organização e descrição da documentação, destacam-se a própria forma de organização do trabalho: o tradicional isolamento dos arquivistas, decorrente de uma frequente ausência de comunicação, de debate e troca de experiências relativamente aos projectos desenvolvidos. Falta de sistematização no levantamento de problemas e dificuldades encontradas; na definição clara e precisa das formas de resolução adoptadas e respectiva justificação; na uniformização de procedimentos; na posterior análise crítica dos resultados e sua divulgação; na ausência de partilha de instrumentos de trabalho utilizados e, por vezes, produzidos especificamente com o objectivo de facilitar a tarefa de organização de documentação com características específicas (considere-se o caso dos fundos paroquiais, notariais ou judiciais, por exemplo). Com frequência, a comunidade arquivística depara-se com o produto final do trabalho desenvolvido no âmbito de um projecto mais ou menos vasto, sem que se verifique a preocupação sistemática de documentar o processo da sua elaboração. De igual forma, e ainda no domínio da organização do trabalho, foi mencionada a falta de aposta na constituição de equipas, muitas das quais, e tendo em conta os objectivos e as características do trabalho a desenvolver, ganhariam em promover alguma interdisciplinaridade.

Tendo em conta a crescente exigência da descrição do contexto da produção dos documentos, através da descrição das autoridades arquivísticas, foram

sistematicamente apontadas a falta de instrumentos de trabalho e de referência, como os estudos institucionais, biográficos e familiares, por exemplo; mas também as cronologias; ou os estudos temáticos; bem como a dificuldade em localizar e aceder a legislação e normativo específicos.

Já no domínio estrito da arquivística em geral, as questões terminológicas e a disparidade na utilização dos conceitos são mencionadas de forma sistemática. Por outro lado, a identificação dos produtores, tendo em conta a sua constante evolução e adaptação ao ambiente, geral e específico, em que se inserem; a definição da sua estrutura, ou sucessivas estruturas, internas, e a forma como se espelha ou se espelham na documentação produzida; a aplicação prática dos princípios da proveniência, que remete de imediato para a concepção minimalista ou maximalista do conceito de fundo, e da ordem original. Decorrente destes aspectos, e tendo em conta a complexidade das histórias custodiais, o problema da delimitação clara dos fundos e do reconhecimento dos demais níveis de descrição; bem como a coerência global da atribuição desses níveis, no âmbito de cada serviço de arquivo e no âmbito de uma eventual rede.

No domínio da descrição, foram sempre mencionados como problemáticos o volume da documentação a considerar e a sua grande disparidade, uma vez que a sua produção não é normalizada; a profundidade e a exaustividade a assumir pela descrição, tendo em conta a exiguidade dos recursos, por um lado, e as necessidades prementes do utilizador, por outro; a coerência das descrições dentro de cada serviço de arquivo e no âmbito de uma rede, tendo em conta, por exemplo, a identificação das tipologias documentais ou a escolha dos títulos que são, como é sabido, o primeiro ponto de acesso à informação.

Para finalizar, as características das aplicações informáticas utilizadas e que, frequentemente, não permitem o cumprimento do definido nas *ODA*, nomeadamente no que se reporta a formatos de apresentação da informação, como em relação ao *Código de referência* ou às *Datas*. Saliente-se, uma vez mais, que parte das questões abordadas nas já mencionadas *Orientações para a descrição arquivística: documentação: especificações para o LAN/TT*, prende-se, exactamente, com este aspecto.

Não se tratam, como se pode ver do que atrás fica expresso, de novas questões. Tinham já sido reconhecidas e sistematizadas em fases de trabalho anteriores [15]. Não se pretendeu, sequer, proceder a um levantamento exaustivo, tendo em conta o tempo disponível para a sua realização. O que importa salientar é a sua recorrência, e as consequências de que se reveste no produto final do trabalho desenvolvido; na imagem que os arquivistas têm de si próprios, enquanto profissionais da informação, e da imagem que transmitem para o utilizador em geral e para a sociedade em que se inserem, e que não pára de colocar novos desafios, ao mesmo tempo que aumenta o grau de expectativa e de exigência de qualidade dos serviços.

Controlo de qualidade da descrição

Da obrigatoriedade de utilização das *ODA* por parte da TT e Distritais, decorre esta outra fase de implementação, cuja etapa semi-final passou igualmente pelo PNDA: a análise e a avaliação da conformidade das descrições produzidas à luz do definido nas *ODA*. Decorreu no último trimestre de 2006 e recaiu sobre uma parte das descrições produzidas entre Fevereiro e Setembro desse mesmo ano, ou seja, numa fase posterior à divulgação das *ODA*; suportadas pela base de dados CALM; representativas de diferentes níveis de descrição; consideradas concluídas pelos coordenadores das unidades orgânicas responsáveis pela sua produção.

No total, foram avaliados cerca de 1800 registos, integrados em quatro projectos de descrição de documentação da TT, e que decorreram no âmbito da Divisão de Arquivos Definitivos e da Direcção de Serviços de Arquivística. Contemplaram, como níveis de descrição, o *Fundo*, a *Série* e suas subdivisões, a *Unidade de instalação* e o *Documento Composto*. Tal análise implicou a elaboração de grelhas de avaliação para cada um dos projectos, tendo sido considerados aspectos como a selecção dos elementos de informação utilizados.

Como primeira conclusão do trabalho realizado, ressalta a necessidade futura da disponibilização, por parte dos responsáveis pelas equipas, de uma memória descritiva, ainda que breve, caracterizadora dos projectos, com a clara definição dos seus objectivos, gerais e específicos, das diferentes fases da sua elaboração, condicionantes e principais dificuldades.

A avaliação global do projecto não dispensou a análise individual de cada um dos registos, com base numa dupla vertente: o conteúdo informativo e a apresentação da informação dentro dos elementos seleccionados para preenchimento.

Tendo em conta a totalidade dos 1800 registos, e extraíndo aleatoriamente, para constituição de uma amostra, respeitando um intervalo de 25, 72 registos, obtém-se, como taxa de conformidade às *ODA* de 97,22%. Saliente-se que foi considerada condição necessária para a atribuição de conformidade uma avaliação percentual igual ou superior a 50%, tendo em conta que se trata do primeiro ano de implementação das *ODA*.

Verifica-se que as taxas de conformidade obtidas são elevadas, o que denota um esforço de apreensão das *ODA*. É notória, apesar de tudo, a necessidade da aposta no seu maior conhecimento e interiorização por parte de todos os intervenientes no processo. Deve, no entanto, fazer-se notar que, na sequência de uma análise qualitativa exaustiva, parte dos problemas detectados estão directamente relacionados com as características e o desenvolvimento de cada projecto, que nem sempre possibilitaram o registo de informação para todos os elementos considerados obrigatórios (caso de Dimensão e suporte, por exemplo). O facto de as descrições analisadas corresponderem a trabalho desenvolvido antes da divulgação das *ODA*, condicionou o resultado final da descrição. Constata-se, no geral, a necessidade de definir aspectos da política de descrição a adoptar no âmbito de uma Rede Nacional de Arquivos, não contemplados nas

ODA, por se ter considerado serem da responsabilidade de cada serviço. São notórias as discrepâncias, que não se coadunam com a implementação de uma rede, ou com a existência de descrições consistentes, capazes de responder da melhor forma às necessidades do utilizador.

Fica igualmente claro que uma parte dos problemas se prende com áreas que se encontram a montante da descrição: um dos mais emblemáticos passa pela atribuição dos níveis de descrição. Mas há ainda a salientar a exaustividade da informação veiculada, a sua apresentação e distribuição uniforme pelos diferentes elementos, ou seja, a clara delimitação do tipo de informação a registar em cada um.

A grelhas de análise construídas para cada um dos registos incluem notas, relativas ao conteúdo e à apresentação da informação, com a dupla função de justificarem os graus de conformidade atribuídos, mas também de permitir a detecção dos principais problemas, visando a definição de medidas tendentes à sua resolução, contribuindo para uma melhoria do trabalho de descrição, sobretudo tendo em conta que os critérios de aferição da conformidade a adoptar no futuro tenderão, necessariamente, a ser bem mais exigentes do que os utilizados em 2006.

Verificou-se, na prática, que a constituição de equipas, no âmbito de projectos concretos, funciona, ou pode funcionar, como um elemento chave facilitador da implementação das *ODA*. Refira-se, a título de exemplo, o Grupo de Trabalho para a descrição dos Fundos Eclesiásticos da TT, que iniciou os seus trabalhos no início de 2006, e que funcionou, para os oito técnicos envolvidos, sob a orientação de um coordenador de projecto, como uma verdadeira formação, em contexto de trabalho, na aplicação das *ODA*. Promoveu e orientou a sua exploração e análise, tendo ainda desenvolvido modelos de preenchimento dos elementos de descrição contemplados, quer no que se reporta aos conteúdos, quer em relação à estruturação e apresentação da informação.

Com efeito, sem a presença de um coordenador de projecto, que garanta um acompanhamento sistemático nas diferentes etapas do seu desenvolvimento, esta fase de implementação das *ODA* torna-se, necessariamente, mais difícil e morosa. A constituição de equipas, cuja dimensão variará, necessariamente, tendo em conta o volume do trabalho a realizar e os calendários da sua elaboração, contribui igualmente para uma maior mobilização, por parte dos técnicos, tendo em vista um objectivo comum, para a criação de uma maior dinâmica e de condições mais propícias à análise crítica e à mudança de hábitos de trabalho sobre os quais se pretende intervir no sentido de induzir à mudança. O tradicional modelo do arquivista que, ao longo de anos, se dedica e especializa na organização de fundos documentais esmagadores, pela sua dimensão e complexidade, acrescidas pelas vicissitudes advindas de acidentadas histórias custodiais e arquivísticas, de forma mais ou menos profunda e exaustiva, directamente coordenados pelas chefias intermédias, sobrecarregadas com toda uma série de tarefas de gestão e, conseqüentemente, com menor disponibilidade para o acompanhamento dos trabalhos técnicos, para além de se

adaptar com crescente dificuldade às necessidades de resposta rápida à crescente pressão, por parte dos utilizadores, no acesso à informação, é particularmente ineficaz num período de implementação de novos instrumentos de trabalho. Já para não falar na nova fase de reestruturação e mudança que parece querer abrir-se e consolidar-se para a Administração Pública em geral, e que implicam todo um leque de novas exigências, competências e capacidade de adaptação.

Para o corrente ano de 2007 prevê-se, por parte da Direcção do IAN/TT, a continuação da aposta em vários níveis de controlo de qualidade da descrição. Entre eles enquadrar-se-á a executada actualmente no âmbito do PNDA, independentemente do que a evolução para a nova orgânica da Direcção Geral de Arquivos (D GARQ) possa reservar.

PERSPECTIVAS FUTURAS

De tudo o que atrás fica dito, decorre que as perspectivas futuras terão que ser delineadas em várias frentes, a curto, médio e longo prazo. Sem que tal planificação se verifique, mais do que encontrar soluções para problemas de fundo, corremos o sério risco de nos auto condenar a remediar a realidade existente, sem contribuir para a sua remodelação e melhoria efectivas.

ODA I

Assim, e não sendo as *ODA* um ponto de chegada, mas um claro ponto de partida, há que definir perspectivas no que toca à sua continuidade, o que passa pela periodicidade das suas revisões e actualizações.

O esforço de implementação está ainda no início, pelo que terá que continuar, podendo corresponder a acções de formação, mas também a reuniões e debates técnicos de duração variável, tendo em conta os objectivos específicos de cada evento; ou ainda à divulgação, através do recurso à *intranet* e à *internet*, da identificação dos problemas recorrentes e respectivas formas de resolução; pela definição de modelos de descrição no âmbito de projectos específicos e sua posterior divulgação, análise crítica, validação e aplicação.

A implementação terá que continuar a decorrer na dupla vertente da TT e dos Arquivos Distritais. Deverá, no entanto, dar resposta a solicitações de outras entidades que queiram apostar na construção de uma Rede Nacional de Arquivos. Neste último caso, resta ainda a definição dos requisitos mínimos a cumprir por parte das diferentes tipologias possíveis de intervenientes. Para tal, impõe-se o aumento do número de arquivistas afectos à formação nesta área específica.

O controlo de qualidade das descrições a disponibilizar no âmbito da rede merece também algumas considerações. Para a rentabilização do trabalho e para o sucesso da implementação das *ODA*, torna-se necessária a definição dos diferentes níveis e respectivos modelos de controlo a realizar; da periodicidade da sua execução; de como é suposto que se articulem entre si; do tipo de instrumentos de análise que devem ser produzidos, tendo em conta os diferentes objectivos e o fim exacto a que se

destinam; da forma de divulgação das conclusões. Há que considerar que, se a exigência deste tipo de controlo é inquestionável, visando, no âmbito de uma Rede Nacional de Arquivos, a qualidade da descrição disponibilizada, ele levanta, desde logo questões que é conveniente não iludir nem ignorar. Uma das principais passa pela atribuição de responsabilidades, no âmbito dos diferentes projectos. Mas também da clara definição dos seus objectivos, gerais e específicos; e pelo reconhecimento de que a avaliação corresponde apenas a mais uma etapa da realização dos projectos, sem a qual não se encontrarão finalizados. De que tal avaliação responsabiliza e implica, da mesma forma e na mesma medida, todos os intervenientes no processo; na alternância no desempenho do papel da avaliação.

Sem avaliação crítica não é possível implementar novos instrumentos de trabalho, definir prioridades e linhas de acção futuras e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao utilizador. Mas trata-se de um processo que terá de ser claramente separado da avaliação individual, exigida neste momento no âmbito da Administração Pública. Há sobretudo que considerar que os arquivistas não se encontram todos no mesmo patamar de partida no que respeita à experiência profissional, frequentemente muito díspar, o que condiciona a abordagem e a aplicação prática das *ODA*.

ODA II e III

De igual forma se impõe a conclusão das *ODA II e III*, o que implica o fecho dos respectivos textos e a posterior abertura de um período de consulta pública à comunidade arquivística, para fixação da 1.ª versão. Seguir-se-á um período de implementação, em tudo semelhante ao desenvolvido para as *ODA I*. Uma das principais diferenças deste processo poderá prender-se com os destinatários da formação, uma vez que uma análise mais detalhada e sistemática poderá restringir-se aos arquivistas responsáveis pela criação de registos de autoridade. Tal não impedirá, no entanto, a realização de outro tipo de acções para o conjunto dos arquivistas em geral, no sentido de os familiarizar com a utilização de um instrumento de trabalho de referência e que deverá assumir um papel chave na Rede Nacional de Arquivos, como será, segundo todas as expectativas, um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA).

Quanto ao controlo de qualidade das descrições no âmbito de um FNAA, deverá ser ainda mais exigente do que o realizado para a descrição da documentação.

Será, no entanto, fundamental, e corresponderá a um importante salto qualitativo, que todo o trabalho de descrição considere e englobe, de forma sistemática, as autoridades arquivísticas. Só dessa forma se torna possível a identificação clara dos produtores, a escolha criteriosa do nome a seleccionar para a construção da *Forma autorizada do nome*, o preenchimento das *Outras formas do nome*, ou ainda a criação de relações entre autoridades, entre estas e a documentação produzida, e entre estas e outros recursos que não a documentação de arquivo. Repare-se que são exactamente estes os aspectos relevantes para, em casos de homonímia, proceder à identificação clara e inequívoca de cada um e transformar

o FNAA numa plataforma articuladora dos diferentes tipos de recursos informativos.

Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas

Directamente relacionado com este aspecto, impõe-se a definição do modelo a adoptar pelo FNAA. Embora 2006 tenha funcionado como um ano de experiência nesse domínio e esteja, aliás, prevista a sua continuação no corrente ano de 2007, a criação de RA permitiu, fundamentalmente, o teste das *ODA II e III*, bem como da aplicação informática que os suporta.

No âmbito da organização da documentação de arquivo, a criação de RA não se reveste de uma dificuldade particular, desde que estejam definidas as orientações ou normas a usar. Tratando-se de autoridades, é pertinente a interrogação sobre a validade e a utilidade da construção de orientações e se, pelo contrário, e tendo em conta as exigências de normalização de que se reveste, se deveria optar por regras... A verdade, no entanto, é que a implementação de um FNAA tem exigências que ultrapassam em muito as das experiências realizadas. Salientem-se os conteúdos, os modelos construção, de implementação, de alimentação, manutenção, actualização e controlo a adoptar, bem como a respectiva articulação com as diferentes entidades detentoras. Há ainda a acrescentar que os indícios recebidos pelo PNDA da Direcção do IAN/TT vão no sentido de coabitação de um ficheiro nacional com ficheiros locais. Resta ainda definir como se materializarão, na prática, as necessárias articulações.

De igual forma se encontra por definir o calendário e as condições consideradas mínimas para a disponibilização dos primeiros RA junto do utilizador externo: qual o número de registos a partir do qual tal disponibilização faz a diferença para o utilizador? Como alternativa, pode optar-se pela estabilização de um primeiro modelo, mais testado e controlado, com a vantagem de, desde o primeiro momento da sua disponibilização, apresentar uma capacidade de resposta mais efectiva. Em qualquer dos casos, a familiarização com este novo recurso, tendo em vista a exploração de todo o seu potencial, terá que ser alvo de acções de divulgação específicas junto dos utilizadores por parte do órgão responsável pelo FNAA. Impor-se-á definir o tipo, as características, as vias utilizadas, os melhores calendários e oportunidades de realização.

Normalização de procedimentos em arquivo

Já para não falar da necessidade de normalização de procedimentos em áreas a montante e a jusante da descrição e que implicam a elaboração e implementação de novos instrumentos de trabalho. Que equipas para a sua construção, que modelos e que calendários para a sua realização? Que formas de articulação entre os que vão sendo desenvolvidos?

Se a ausência de instrumentos de trabalho, de sistematização e divulgação dos resultados e balanços dos projectos desenvolvidos tem pesado no desempenho da arquivística portuguesa, condicionando-o, a verdade é que o seu simples aparecimento nem sempre tem o

impacto que à partida poderia ser esperado, sobretudo tendo em conta que nunca foi tão fácil e rápido garantir o acesso, nomeadamente através da *internet*. E isto por motivos da mais variada ordem, que não apenas a discordância em relação às premissas em que assentam. Esta tem sido uma constatação recorrente por parte do PNDA em relação às normas internacionais para a descrição, que para além da *ISAD (G)* e da *ISAAR (CPF)* incluem as *Orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição*, praticamente desconhecidas entre nós. Já para não mencionar a recém-nascida *ISAF*. Mas também em relação a outras normas internacionais, como as *ISO*, ou nacionais, como as *NP*, ou instrumentos como *Codificação dos nomes dos municípios e das freguesias*, para só mencionar alguns exemplos, de forma não sistemática.

A articulação com os organismos internacionais

Outro aspecto relevante passa pela definição das formas de articulação com entidades internacionais que estão a desenvolver esforços de normalização nestas áreas, como é o caso do Conselho Internacional de Arquivos, mais precisamente do Comité das Boas Práticas e Normas Profissionais. Após a fase de reestruturação do ICA, iniciada no Congresso de Viena, em 2004, deixou de existir, por parte do IAN/TT, um elemento articulador, com a função de manter informada a comunidade arquivística portuguesa do trabalho desenvolvido pelo Comité e, em simultâneo, para ele canalizar os comentários dos arquivistas portugueses da rede aos documentos sucessivamente produzidos e divulgados, dar a conhecer a forma como estão a ser adaptados e utilizados e, inclusivamente, colaborar no desenvolvimento de projectos específicos, nos quais esteja a ser desenvolvido trabalho concreto.

A Rede Nacional de Arquivos

Fundamental será ainda a definição do tipo e das características da Rede Nacional de Arquivos. Qual o modelo de rede para o qual pretendemos caminhar? Quais as suas bases estruturantes? Em que premissas assenta? Se a implementação de normas de descrição e a implementação do FNAA podem assumir um papel fundamental, a verdade é que há muitos outros aspectos a considerar na sua concepção, implementação e gestão. Data de 2004 um número dos *Cadernos BAD* inteiramente dedicado às *Redes de informação e de trabalho em bibliotecas e arquivos* [16]. Nele destacam-se, para os arquivos, o contributo de Manuel Luís Real, cujo título é significativo: *A rede nacional de arquivos: um desafio no século XXI*. O artigo em questão mantém hoje toda a actualidade, colocando questões que não podem ser ignoradas. Saliente-se, no entanto, a sua mensagem recorrente: "...o problema da Rede Nacional de Arquivos não mais pode ser adiado, pela circunstância de que já se perdeu demasiado tempo e, além do mais, tendo em atenção o amadurecimento da conjuntura nacional e internacional, entretanto verificada em matéria de Arquivos. Tal obriga a uma resposta positiva e rápida, sem qualquer sombra de timidez." [17].

Existem já modelos de redes implementadas e em funcionamento, que podem servir como ponto de partida

de uma análise visando facilitar a posterior tomada de decisões. É o caso, por exemplo, dos *Arquivos Espanhóis em Rede* [18]. É necessário pensá-la a nível nacional, mas não se pode descurar, desde logo, as redes internacionais que, no caso de Portugal, passam necessariamente pela cooperação com os países da CPLP. A esse nível é particularmente interessante o trabalho desenvolvido no âmbito do *Censo Guia de Arquivos da Ibero-América* [19], que funciona como um dos modelos possíveis do trabalho de cooperação a desenvolver.

Cabe aos arquivistas, no seu conjunto, com uma particular responsabilidade a assumir pelo órgão de coordenação da política nacional de arquivos, realizar o balanço do já feito, avaliar o por fazer, discutir, planejar, mobilizar e avançar.

Notas

[1] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. PROGRAMA PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística*. 1ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9. [Documento em linha]. Acessível em:

<URL:http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_organizar_arquivos&conteudo_nome=Descrição%20e%20acesso&conteudo=descricao_acesso>.

[2] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS /TORRE DO TOMBO – *MIP: Metainformação para interoperabilidade*. V 0.12. Lisboa: IAN/TT, 2006. [Documento em linha]. Acessível em <URL:<http://www.iantt.pt/downloads/MIPv012.pdf>>.

[3] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS /TORRE DO TOMBO – *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa: IAN/TT, 1998. ISBN 972-8107-38-2; IDEM – *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*. Lisboa: IAN/TT, 1999. ISBN 972-8107-48-X; IDEM – *Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado*. Lisboa: IA/NTT, 2006. [Documento em linha]. Acessível em: <URL:http://www.iantt.pt/downloads/Orientacoes_ACE_v1a.pdf>.

[4] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO; INSTITUTO DE INFORMÁTICA - *Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos*. 1º v: *Contexto de suporte*. Lisboa: IAN/TT, 2000. ISBN 972-8107-59-5; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO, ET. AL. - *Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos*. 2º v: *Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos*. Lisboa: IAN/TT, 2002. ISBN 972-8107-59-5.

[5] GONÇALVES, Orlando – *Descrição arquivística multinível de documentos audiovisuais*. Lisboa: RTP. Subdivisão de Arquivos, 2004. [Não publicado].

[6] Normas ISO, Normas Portuguesas, etc.

[7] Veja-se, a título de exemplo, as diferenças terminológicas existentes entre as ODA I, já citadas, e a NP 4041: 2005, *Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ; CT7.

[8] Compare-se, por exemplo, as ODA I e INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO – *Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado*, já citado.

[9] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO – *Codificação dos nomes dos municípios e das freguesias*. Lisboa: IAN/TT, 2006. [Documento em linha]. Disponível em <URL: http://www.iannt.pt/instituto.html?menu=menu_organizar_arquivos&conteudo_nome=Descrição%20e%20acesso&conteudo=descricao_acesso>.

[10] INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISAF: International standard for activities/functions of corporate bodies: developed by the Committee on Best Practices and Professional Standards, Paris, France, May, 2006*. Draft. [em linha]. Disponível em <URL: <http://www.ica.org/news.php?newsid=384&plangue=en>>.

O Comité aguarda agora, e até ao final de Março, o envio de comentários à versão disponibilizada em Janeiro, tendo como objectivo a sua análise e posterior incorporação na versão definitiva, a disponibilizar em 2008, no Congresso Internacional do Conselho Internacional de Arquivos.

[11] Veja-se, a este respeito, RIBEIRO, Fernanda – *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?*. Comunicação apresentada ao “I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação – A informação nas organizações: o desafio da era digital”, promovido pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde, no dia 25 de Maio de 2005.

[12] A este propósito veja-se SOUSA, Joana Braga – *Decantar o património através dos arquivos: a ISAAR (CPF)*. Comunicação preparada no âmbito do seminário “O vinho do Porto em Gaia e Companhia”, organizado pelo CEPESE, que decorreu em 10 e 11 de Dezembro de 2004, em curso de publicação, e RUNA, Lucília – “Normalização da descrição em arquivo: a construção de portais de acesso à informação”. Comunicação apresentada às *I Jornadas de Arquivos: O papel dos arquivos em Portugal e Espanha*, organizadas pelo Arquivo Distrital da Guarda e pelo Centro de Estudos Ibéricos, que tiveram lugar na Guarda, a 24 de Junho de 2005. Em curso de publicação.

[13] De referir que, ao contrário do que aconteceu em fases anteriores, o IAN/TT não dispõe de um membro, efectivo ou correspondente, no Committee on Best Practices and Professional Standards, do Conselho Internacional de Arquivos.

[14] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. PROGRAMA PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística: documentação: especificações para o IAN/TT*. 1.^a v. Lisboa: IAN/TT, 2006. [Documento em linha]. Acessível em <http://intranet.tt.pt/file.php/38/Orientacoes_para_a_Descricao_Arquivistica_Especificacoes_para_o_IAN_TT.pdf>.

[15] Cf. RUNA, Lucília e SOUSA, Joana Braga – “Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir, aplicar”. In *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. ISSN 0007-9421. 2 (2003), p. 80-108, em especial p. 81-88.

[16] *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 1 (2004). ISSN 0007-9421.

[17] *Ibidem*, p. 37-59.

[18] *AER – Arquivos Espanhóis em Rede*, acessível em em http://www.aer.mcu.es/sgae/jsp/aer/indice/ae_wd_al_index.jsp, apresentado entre nós por Blanca Desantes Fernandez, no âmbito da conferência *Normas e boas práticas em arquivo: ISAAR (CPF) e DTDs – EAD e EAG*, organizada pelo IAN/TT, em Lisboa, nos dias 20 e 21 de Janeiro de 2005.

[19] Considere-se a vantagem que a implementação de um instrumento de trabalho com estas características traria ao desenvolvimento da cooperação com os países da CPLP.

A título de exemplo considere-se o *Censo Guia de Arquivos da Ibero-América*, acessível em <http://www.aer.mcu.es/sgae/index_censo_guiia.jsp>. Este projecto foi apresentado entre nós por Blanca Desantes Fernandez, no âmbito da já referida conferência *Normas e boas práticas em arquivo: ISAAR (CPF) e DTDs – EAD e EAG*.

